

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE
SANEAMENTO - COMPESA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados - informação suplementar

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife-PE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia") em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2017

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2017 foram revisadas por outros auditores, que emitiram relatório datado de 11 de agosto de 2017, sem modificação ou ênfase.

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 15 de agosto de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	127.226	141.854	Empréstimos e financiamentos	12	41.020	40.433
Contas a receber de clientes	5	513.225	547.337	Fornecedores	13	119.922	127.771
Estoques	6	57.947	43.681	Debêntures	14	52.679	51.353
Ativo fiscal corrente	7	61.362	47.299	Depósitos e retenções contratuais		2.620	2.564
Convênios e outros investimentos		11.520	13.445	Passivo fiscal - corrente	15	30.404	27.658
Outros créditos a receber	9	18.766	11.592	Passivo fiscal - diferido	15	7.781	8.756
Despesas antecipadas		1.316	1.630	Consignações a recolher		4.412	4.785
Total do ativo circulante		791.362	806.838	Salários e encargos sociais a pagar	16	64.481	54.521
				Juros sobre capital próprio a pagar		304	84.258
				Outras contas a pagar	17	26.238	28.365
Não circulante				Total do passivo circulante		349.861	430.464
Contas a receber de clientes	5	28.725	31.009				
Ativo fiscal diferido	7	-	883	Não circulante			
Convênios e outros investimentos	8	118.488	106.787	Empréstimos e financiamentos	12	127.887	148.605
Depósitos judiciais		96.553	89.544	Debêntures	14	108.319	141.199
Investimentos		644	644	Provisão para perdas em processos judiciais	18	66.340	61.643
Imobilizado	10	49.689	101.696	Passivo fiscal - corrente	15	53	105
Intangível	11	5.855.697	5.537.505	Passivo fiscal - diferido	15	32.929	30.660
Total do ativo não circulante		6.149.796	5.868.068	Outras contas a pagar	17	657.928	655.816
				Benefício a empregados		147.404	164.339
				Total do passivo não circulante		1.140.860	1.202.367
				Total do passivo		1.490.721	1.632.831
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19	5.010.684	4.000.000
				Reserva de capital		283.691	864.022
				Ajustes de avaliação patrimonial		2.636	(16.414)
				Reservas de Lucros		47.805	194.467
				Lucros/Prejuízos acumulados		105.621	-
				Total do patrimônio líquido		5.450.437	5.042.075
Total do ativo		6.941.158	6.674.906	Total do passivo e patrimônio líquido		6.941.158	6.674.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três e seis meses findos em de 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

		01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
	Nota				
Receita Líquida	21	518.677	982.905	489.460	959.806
Custo dos serviços prestados	22	<u>(367.916)</u>	<u>(669.862)</u>	<u>(371.941)</u>	<u>(725.505)</u>
Lucro bruto		150.761	313.043	117.519	234.301
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	23	(52.565)	(114.677)	(33.633)	(70.550)
Administrativas	24	(33.271)	(63.839)	(28.413)	(58.370)
Tributárias		(5.342)	(9.863)	(1.134)	(5.272)
Honorários da administração		(315)	(619)	(127)	(621)
Outras receitas (despesas), líquidas	25	<u>7.791</u>	<u>14.353</u>	<u>2.758</u>	<u>33.807</u>
		<u>(83.702)</u>	<u>(174.645)</u>	<u>(60.549)</u>	<u>(101.006)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		<u>67.059</u>	<u>138.398</u>	<u>56.970</u>	<u>133.295</u>
Receitas financeiras	26	10.052	21.567	10.679	21.825
Despesas financeiras	26	<u>(18.330)</u>	<u>(41.558)</u>	<u>(27.066)</u>	<u>(52.320)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	26	<u>(8.278)</u>	<u>(19.991)</u>	<u>(16.387)</u>	<u>(30.495)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>58.781</u>	<u>118.407</u>	<u>40.583</u>	<u>102.800</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente	15	(3.881)	(11.518)	(3.932)	(5.563)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(462)	(1.268)	(1.983)	(4.096)
Lucro líquido do exercício		<u>54.438</u>	<u>105.621</u>	<u>34.668</u>	<u>93.141</u>
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		<u>0,40</u>	<u>0,77</u>	<u>0,38</u>	<u>1,01</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os períodos de três e seis meses findos em de 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Lucro líquido do exercício	54.438	105.621	34.668	93.141
Resultados abrangentes				
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	19.050	19.050	-	-
Variação líquida do valor justo de investimentos	(44)	-	884	907
Resultado abrangente total	<u>73.444</u>	<u>124.671</u>	<u>35.552</u>	<u>94.048</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os períodos de seis meses findos em de 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas							Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para contingências	Reserva p/ dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2017	4.000.000	407.777	(9.628)	4.773	9.547	81.147	-	-	4.493.616
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	191.237	-	-	-	-	-	-	191.237
Valor justo de instrumento financeiro/ patrimonial	-	-	907	-	-	-	-	-	907
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.141	93.141
Ajuste na constituição das reservas	-	-	-	2.004	4.007	(6.011)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>4.000.000</u>	<u>599.014</u>	<u>(8.721)</u>	<u>6.777</u>	<u>13.554</u>	<u>75.136</u>	<u>-</u>	<u>93.141</u>	<u>4.778.901</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.000.000	864.022	(16.414)	15.935	31.870	-	146.662	-	5.042.075
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	283.691	-	-	-	-	-	-	283.691
Integralização de capital	1.010.684	(864.022)	-	-	-	-	(146.662)	-	-
Ajuste benefício a empregados	-	-	19.050	-	-	-	-	-	19.050
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	105.621	105.621
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>5.010.684</u>	<u>283.691</u>	<u>2.636</u>	<u>15.935</u>	<u>31.870</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105.621</u>	<u>5.450.437</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de seis meses findos em de 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	105.621	93.141
Ajustes por:		
Depreciação	(19.116)	(12.566)
Amortização	18.333	24.051
Despesas Financeiras	(356)	2.299
Resultado do ativo imobilizado baixado	(290)	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(789)	35.069
Perdas por baixa de clientes	90.109	(139)
Constituição (Reversão) das provisões para contingências	5.707	7.229
Tributos Diferidos	1.268	-
Ganhos e perdas atuariais	(3.999)	2.817
Ajuste de estoque	92	347
Recuperação de CBOS - Investimento (PPP)	(18.085)	(17.568)
	<u>178.495</u>	<u>134.680</u>
Variações patrimoniais		
(Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber de clientes	(52.924)	(58.943)
Estoques	(14.358)	(11.306)
Tributos a recuperar e diferidos	(14.063)	(7.540)
Créditos de convênios	(437)	5.665
Outros créditos a receber	(7.175)	(766)
Despesa antecipada	314	154
Depósitos judiciais	(7.009)	(14.208)
Fornecedores	(7.849)	32.954
Depósitos e retenções contratuais	56	(4)
Tributos a recolher	23.312	22.882
Consignações a recolher	(374)	(632)
Salários e encargos sociais a pagar	9.960	17.663
Outras contas a pagar	(5.449)	(1.861)
Provisões para contingências	(1.010)	(55)
Benefícios a empregados	7.998	(2.988)
	<u>109.487</u>	<u>115.695</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	109.487	115.695
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação Financeira - convenios	(9.339)	-
Ativo Imobilizado	49.819	(21.621)
Ativos Intangível	(264.892)	(279.603)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(224.412)	(301.224)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	8.410	12.328
Amortização de empréstimos e financiamentos	(19.934)	(19.515)
Emissão de debêntures não conversíveis	10.995	10.883
Amortização de debêntures	(30.352)	(23.448)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(18.861)	(21.919)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(133.653)	-
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	283.692	191.237
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	100.297	149.566
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(14.628)	(35.963)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	141.854	99.721
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>127.226</u>	<u>63.758</u>
	<u>(14.628)</u>	<u>(35.963)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

Demonstrações dos valores adicionados

Para os períodos de seis meses findos em de 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas		
Água, esgoto e serviços	809.977	738.782
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(89.320)	(34.930)
Cancelamento	(12.703)	(16.573)
Outros	13.852	33.377
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(33.132)	(40.626)
Energia	(86.895)	(76.740)
Serviços de terceiros	(127.950)	(112.437)
Outros	(20.524)	(19.208)
Valor adicionado bruto	453.305	471.645
Retenções		
Depreciação e amortização	782	(8.311)
Valor adicionado líquido produzido	454.087	463.334
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	21.567	21.825
Aluguéis	501	430
Valor adicionado total a distribuir	476.155	485.589
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	154.834	141.198
Remuneração direta	102.595	91.539
Benefícios	44.457	42.860
FGTS	7.782	6.799
Tributos	173.816	198.428
Federais	167.473	196.129
Estaduais	5.379	1.592
Municipais	964	707
Remuneração de capitais de terceiros	41.884	52.822
Juros	41.558	52.320
Aluguéis	326	502
Remuneração de capitais próprios	105.621	93.141
Resultados retidos	105.621	93.141
Total distribuído	476.155	485.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Trimestre Findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias - CPC 21 (R1).

As demonstrações contábeis intermediárias foram autorizadas pela Administração em 15 de agosto de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 10 - Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);

Nota 11 - Intangível (Valor recuperável do ativo, Contratos de concessão, Amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);

Nota 15 - Passivo fiscal - corrente e diferido (reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos);

Nota 18 - Provisão para perdas em processos judiciais (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

Nota 21 - Reconhecimento de receita (Operação e construção - mensuração e classificação da receita);

Nota 28 - Riscos e questões ambientais (avaliação e estimativas de provisão para perdas).

3 Principais práticas contábeis

Exceto pelas alterações trazidas pelo CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente) e CPC 48/IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) conforme políticas contábeis descritas abaixo, as demais políticas utilizadas na preparação das informações trimestrais do trimestre findo em 30 de junho de 2018 são consistentes com aquelas utilizadas para preparar as Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:



3.1 Receita operacional

(a) Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua constraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

3.2 Ativos e passivos financeiros

(a) Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 30 de junho de 2018, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.



Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(b) Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada - PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.3 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.



4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos bancários vinculados	24.148	41.547
Aplicações financeiras	103.078	100.307
	<u>127.226</u>	<u>141.854</u>

Composição das aplicações financeiras:

Tipo de aplicação	Taxa	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos bancários - CDI	99% a 67% a.a.	58.977	66.568
Aplicações financeiras - CDB	97% a 55% a.a.	44.101	33.739
		<u>103.078</u>	<u>100.307</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 81,25% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI (79,40% em 2017). Em 30 de junho de 2018, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na Nota Explicativa nº 29.3 e 29.5.



5 Contas a receber de clientes

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Particulares	1.136.753	-	1.136.753	1.111.252	-	1.111.252
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(705.408)	-	(705.408)	(644.760)	-	(644.760)
Órgãos públicos	64.650	-	64.650	72.992	-	72.992
Outros Créditos (a)	(15.786)	-	(15.786)	(26.016)	-	(26.016)
	<u>480.209</u>	<u>-</u>	<u>480.209</u>	<u>513.468</u>	<u>-</u>	<u>513.468</u>
Parcelamentos (b)	29.222	19.378	48.600	29.738	21.369	51.107
Financiamentos (c)	3.794	9.347	13.141	4.131	9.640	13.771
	<u>33.016</u>	<u>28.725</u>	<u>61.741</u>	<u>33.869</u>	<u>31.009</u>	<u>64.878</u>
	<u>513.225</u>	<u>28.725</u>	<u>541.950</u>	<u>547.337</u>	<u>31.009</u>	<u>578.346</u>

- (a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.
- (b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso.
- (c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa e/ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer:		
Faturas de água e esgotos	150.743	144.572
Parcelamentos (a)	48.600	51.107
Financiamentos (b)	13.141	13.771
	<u>212.484</u>	<u>209.450</u>
Até 30 dias	59.595	72.733
De 31 a 60 dias	30.518	27.066
De 61 a 90 dias	25.659	19.100
Mais de 90 dias	213.694	249.996
	<u>329.466</u>	<u>368.895</u>
Total do circulante e não circulante	<u>541.950</u>	<u>578.345</u>





	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:		
Saldo inicial	(644.760)	(618.905)
Recuperação de PCLD	44.705	105.005
Perda do exercício	(106.141)	(132.094)
Provisão para perda	(8.795)	(20.520)
Reversão da PCLD	9.583	21.754
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo final	<u><u>(705.408)</u></u>	<u><u>(644.760)</u></u>

5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa do grupo contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas ressarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

5.2 Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa Econômica Federal I	1.472	1.557
Caixa Econômica Federal II	2.956	3.888
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
Banco do Brasil	2.100	2.100
BNDES	41.103	40.093
Debêntures III	5.811	6.162
FIDC	7.881	8.313
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo final	<u><u>63.038</u></u>	<u><u>63.828</u></u>



6 Estoques

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Material de operação e manutenção	44.853	34.151
Material de tratamento químico	12.024	9.307
Outros materiais	1.070	223
	<u>57.947</u>	<u>43.681</u>

7 Ativo fiscal - corrente e diferido

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Corrente				
Imposto de renda a recuperar	22.259	-	20.678	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	32.836	-	17.340	-
COFINS a recuperar	4.086	-	6.480	-
PIS a recuperar	1.165	-	1.666	-
INSS a recuperar	692	-	738	-
Outros	324	-	397	-
	<u>61.362</u>	<u>-</u>	<u>47.299</u>	<u>-</u>
Diferido				
IRPJ diferido	-	-	-	-
CSLL diferido	-	-	-	883
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>883</u>
	<u>61.362</u>	<u>-</u>	<u>47.299</u>	<u>883</u>

Imposto de renda e contribuição social a recuperar (correntes) são referentes a retenções por faturamento a órgãos públicos e sobre resultado de aplicação financeira, que serão compensados com outros tributos federais

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são decorrentes dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).



8 Convênios e outros investimentos

8.1 Não circulante - Outros investimentos

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários - Conta convênio	182	189
Aplicações financeiras - Convênio (i)	13.537	16
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	9.246	13.598
Títulos e valores mobiliários (iii)	12.579	12.402
	<u>35.544</u>	<u>26.205</u>
Convênios Federais	2.155	2.155
Convênios Estaduais	5.405	5.405
Convênios Municipais	75.384	73.022
	<u>82.944</u>	<u>80.582</u>
	<u>118.488</u>	<u>106.787</u>

- (i) Refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras.
- (ii) Decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures.
- (iii) Refere-se ao investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual.

Os contratos Federais, Estaduais e Municipais são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgão estaduais:



	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Federais	2.155	2.155
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
Estaduais	5.405	5.405
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	602	602
Municipais	75.384	73.022
Prefeitura do Recife - SANEAR (a)	71.434	69.072
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
Outros	226	226
	<u>82.944</u>	<u>80.582</u>

(a) Prefeitura do Recife - SANEAR

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Companhia, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2016, houve liberação de repasse ao SANEAR no montante de R\$ 2.671. Em 2018 foi feito um adiantamento de R\$ 2.362 para posterior prestação de contas.

9 Outros créditos a receber

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamentos a fornecedores	15.780	9.088
Adiantamento 13º salário	2.003	-
Adiantamento participações empregados	87	1.671
Outros	896	833
	<u>18.766</u>	<u>11.592</u>

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, tendo como principal o Consórcio GEL- Operação de Esgotamento sanitário no âmbito do PSA Ipojuca e adiantamento para 13º salário aos empregados da Companhia.





10 Imobilizado

10.1 Composição

	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	28.470	(12.602)	15.868	24.438	(10.738)	13.700
Computadores e periféricos	21.271	(15.537)	5.734	20.436	(14.183)	6.253
Telefonia e comunicação	1.864	(1.152)	712	1.155	(827)	328
Material hidráulico	8	(11)	(3)	17	(11)	6
Ferramentas de manutenção	181	(124)	57	116	(87)	29
Bens de segurança	147	(104)	43	105	(85)	20
Eletrodoméstico	1.055	(672)	383	1.096	(605)	491
Móveis e utensílios	6.591	(3.932)	2.659	5.662	(3.432)	2.230
Veículos	5.976	(5.709)	267	8.404	(5.610)	2.794
Edificações	15.136	(4.905)	10.231	59	(14)	45
Terrenos	-	-	-	3.982	-	3.982
Bens sem tombamento	146	-	146	146	-	146
Almoxarifado em expansão	2.880	-	2.880	33.377	-	33.377
Almoxarifado Imob. Automação	8.827	-	8.827	7.866	-	7.866
Migração Ativo Fixo(Bens de uso Geral)	45.475	(45.475)	-	75.908	(45.479)	30.429
Outros	102	1.783	1.885	-	-	-
Total	138.129	(88.440)	49.689	182.767	(81.071)	101.696



10.2 Movimentação do custo do imobilizado

	30/06/2018					31/12/2017				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
Custo:										
Máquinas, aparelhos e equipamentos	24.438	33.773	(29.924)	183	28.470	20.104	5	(8)	4.337	24.438
Computadores e periféricos	20.436	33.105	(32.330)	60	21.271	19.155	75	(113)	1.319	20.436
Telefonia e comunicação	1.155	1.985	(1.276)	-	1.864	1.151	5	(1)	-	1.155
Material hidráulico	17	17	(26)	-	8	17	-	-	-	17
Ferramentas de manutenção	116	189	(124)	-	181	95	-	-	21	116
Bens de segurança	105	247	(205)	-	147	105	-	-	-	105
Eletrodoméstico	1.096	1.708	(1.749)	-	1.055	915	13	(1)	169	1.096
Móveis e utensílios	5.662	10.047	(9.119)	1	6.591	4.573	28	(12)	1.073	5.662
Veículos	8.404	26.734	(29.162)	-	5.976	10.138	-	(3.244)	1.510	8.404
Edificações	59	15.136	(59)	-	15.136	59	-	-	-	59
Terrenos	3.982	-	(3.982)	-	-	3.970	12	-	-	3.982
Bens sem tombamento	146	-	-	-	146	-	-	-	146	146
Bens de uso geral	-	-	-	-	-	75.914	-	-	(75.914)	-
Almoxarifado em expansão	33.377	15.721	(3.855)	(42.363)	2.880	2.477	5.389	-	-	7.866
Almoxarifado Imob. Automação	7.866	970	(9)	-	8.827	-	-	-	75.908	75.908
Migração de Ativo Fixo/ Saldo	75.908	-	(72.552)	42.119	45.475	16.228	38.207	(12.489)	(8.569)	33.377
Outros	-	102	-	-	102	-	-	-	-	-
Total do custo	182.767	139.734	(184.372)	-	138.129	154.901	43.734	(15.868)	-	182.767



10.3 Movimentação da Depreciação

	Taxas (a.a. %)	30/06/2018				31/12/2017				Saldo final	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas		Transferências
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(10.738)	(1.864)	-	-	(12.602)	(8.619)	(2.119)	-	-	(10.738)
Computadores e periféricos	20	(14.183)	(1.354)	-	-	(15.537)	(11.794)	(2.389)	-	-	(14.183)
Telefonia e comunicação	20	(827)	(325)	-	-	(1.152)	(659)	(168)	-	-	(827)
Material hidráulico	20	(11)	-	-	-	(11)	(9)	(2)	-	-	(11)
Ferramentas de manutenção	20	(87)	(37)	-	-	(124)	(70)	(17)	-	-	(87)
Bens de segurança	10	(85)	(19)	-	-	(104)	(77)	(8)	-	-	(85)
Eletrodoméstico	10	(605)	(67)	-	-	(672)	(527)	(78)	-	-	(605)
Móveis e utensílios	10	(3.432)	(500)	-	-	(3.932)	(3.164)	(268)	-	-	(3.432)
Veículos	20	(5.610)	(99)	-	-	(5.709)	(7.589)	(1.126)	3.105	-	(5.610)
Edificações	4	(14)	(4.891)	-	-	(4.905)	(11)	(3)	-	-	(14)
Bens de uso geral	3	-	-	-	-	-	(45.480)	-	1	45.479	-
Migração de Ativo Fixo/Saldo		(45.479)	-	4	-	(45.475)	-	-	-	(45.479)	(45.479)
Outros		-	1.783	-	-	1.783	-	-	-	-	-
Total		(81.071)	(7.373)	4	-	(88.440)	(77.999)	(6.178)	3.106	-	(81.071)



11 Intangível

11.1 Composição

	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Contratos de concessões	5.833.512	(681.385)	5.152.127	5.574.474	(668.301)	4.906.173
Contratos de concessões - PPP	670.137	-	670.137	598.328	-	598.328
Direitos de uso de softwares	37.215	(3.782)	33.433	36.467	(3.463)	33.004
	<u>6.540.864</u>	<u>(685.167)</u>	<u>5.855.697</u>	<u>6.209.269</u>	<u>(671.764)</u>	<u>5.537.505</u>

Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013. Em 25 de abril de 2017, foi alterado o controle indireto da Odebrecht Ambiental, onde a Odebrecht S.A. alienou a totalidade de sua participação indireta da Odebrecht Ambiental para a Brookfield Asset Management, Inc. ("Brookfield"), através da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), nova holding detentora dos ativos nos setores de saneamento e utilidades até então detidos pela Odebrecht Ambiental S.A., passando assim a ser a nova controladora indireta da Odebrecht Ambiental. Em consequência foi alterado a razão social da ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. para BRK AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIANA SPE S.A. Foi alterado o controlador indireto e a denominação social, sem qualquer impacto na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.

Garantia e compromissos contratuais

Não há bens oferecidos em garantia de execução em processos judiciais. De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; Esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços



11.2 Movimentação

	Taxa % a.a.	30/06/2018				31/12/2017			
		Saldo inicial	Adições	Transf.	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transf.	Saldo final
Contratos de concessões									
Custo		5.574.474	2.987.469	(2.728.431)	5.833.512	5.131.723	446.855	(4.104)	5.574.474
Amortização	2	(668.301)	(372.258)	359.174	(681.385)	(620.515)	(47.786)	-	(668.301)
		<u>4.906.173</u>	<u>2.615.211</u>	<u>(2.369.257)</u>	<u>5.152.127</u>	<u>4.511.208</u>	<u>399.069</u>	<u>(4.104)</u>	<u>4.906.173</u>
Contratos de concessões - PPP									
Custo		598.328	71.809	-	670.137	464.010	134.318	-	598.328
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-
		<u>598.328</u>	<u>71.809</u>	<u>-</u>	<u>670.137</u>	<u>464.010</u>	<u>134.318</u>	<u>-</u>	<u>598.328</u>
Softwares e direitos de uso									
Custo		36.467	748	-	37.215	33.460	3.007	-	36.467
Amortização	10	(3.463)	(319)	-	(3.782)	(2.669)	(794)	-	(3.463)
		<u>33.004</u>	<u>429</u>	<u>-</u>	<u>33.433</u>	<u>30.791</u>	<u>2.213</u>	<u>-</u>	<u>33.004</u>
		<u>5.537.505</u>	<u>2.687.449</u>	<u>(2.369.257)</u>	<u>5.855.697</u>	<u>5.006.009</u>	<u>535.600</u>	<u>(4.104)</u>	<u>5.537.505</u>

12 Empréstimos e financiamentos

	30/06/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco do Brasil - FIDC (a)	16.250	78.750	15.000	87.500
Caixa Econômica Federal - Financ (b)	-	-	521	-
Caixa Econômica Federal (c)	4.167	-	8.333	-
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (d)	4.604	10.358	4.604	12.660
Caixa Econômica Federal - CEF (e)	9.333	5.445	10.308	10.112
Banco do Brasil	6.666	33.334	1.667	38.333
	41.020	127.887	40.433	148.605

- (a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Será remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 107.719 (R\$ 115.018 em 2017), composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 95.136 (R\$ 102.616 em 2017) e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 12.645 (R\$ 12.432 em 2017), que representa 12% do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.



O Balanço Patrimonial, obtido do site da CVM, referente ao exercício de 30 de junho de 2018, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), segue representado abaixo:

ATIVO			PASSIVO		
Circulante e Realizável a Longo Prazo	30/06/2018	31/12/2017	Circulante e Exigível a Longo Prazo	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	12	13	Provisão para Pgtos a Efetuar	41	19
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.645	12.432	Valores a Pagar a Sociedade Administradora	37	38
Operações de Crédito	95.136	102.616			
Outros Valores e Bens	-	12	Patrimônio Líquido	107.719	115.018
Compensação	4	2	Capital Social	103.552	111.052
			Lucros (Prejuízos) Acumulados	4.167	3.966
Total Geral do Ativo	107.797	115.075	Total Geral do Passivo	107.797	115.075

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) - Adaptado em milhares

- (b) Referia-se a contratos de financiamento para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cujo pagamento da última parcela aconteceu em março de 2018.
- (c) Refere-se a empréstimo para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 6 de julho de 2012, foi assinado contrato de renegociação da dívida, tendo o novo contrato com vencimento em 6 de julho de 2016, incidência de juros remunerados à Taxa de 100% CDI CETIP + 0,30% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização iniciou em 6 de agosto de 2014. O valor contratado foi de R\$ 25.000, sendo R\$ 11.000 destinados ao capital de giro e R\$ 14.000 para investimentos. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes e o vencimento da última parcela será em 17 de dezembro de 2018.
- (d) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuama no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB. Até a data de 30 de junho de 2018, foram liberados recursos no montante de R\$ 31.082 e o vencimento da última parcela será em 21 de setembro de 2021.
- (e) Em 28 de janeiro de 2016 foi assinado contrato para atender o capital de giro da empresa, tendo o novo contrato vencimento em 28 de janeiro de 2020, incidência de



juros remunerados à taxa de 100% CDI CETIP + 0,40% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização foi iniciada em março de 2017. O valor contratado foi de R\$ 28.000. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes e o vencimento da última parcela será em 28 de janeiro de 2020.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	30/06/2018	31/12/2017
2019	23.219	43.937
2020	42.882	42.882
2021	43.453	43.453
2022 em diante	18.333	18.333
	<u>127.887</u>	<u>148.605</u>

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

13 Fornecedores

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais (a)	22.592	18.199
Prestadores de serviços (b)	23.817	52.399
Empreiteiros de obras (c)	28.272	12.473
Fornecedor de energia elétrica	32.074	31.643
Outros	13.167	13.057
	<u>119.922</u>	<u>127.771</u>

- (a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e a implantação da Adutora do Agreste.
- (b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação.
- (c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.



14 Debêntures

Contrato	Taxas	30/06/2018			31/12/2017		
		Quantidade	Circulante	Não circulante	Quantidade	Circulante	Não circulante
Debêntures I							
07.211.101/017	TJLP +2,44 a.a.	118	891	669	118	889	1.111
07.211.101/025	TJLP +2,44 a.a.	73	551	414	73	550	688
07.211.101/033	TJLP +2,44 a.a.	140	1.058	793	140	1.055	1.319
07.211.101/041	TJLP +2,44 a.a.	149	1.126	844	149	1.122	1.404
07.211.101/050	TJLP +2,44 a.a.	304	2.297	1.723	304	2.290	2.863
07.211.101/068	TJLP +2,44 a.a.	91	687	516	91	686	857
07.211.101/076	TJLP +2,44 a.a.	125	961	721	125	958	1.198
		1.000	7.571	5.680	1.000	7.550	9.440
Debêntures II							
11.200.491/011	TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.304	11.559	3.000	6.285	14.670
11.200.491/038	TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.405	15.411	1.100	8.381	19.560
11.600.051/027	9,78%aa+IPCA	3.000	10.727	18.291	3.000	9.465	30.315
		7.100	25.436	45.261	7.100	24.131	64.545
Debêntures III							
CT.PS.16.3.001	CETIP	10.000	19.672	57.378	10.000	19.672	67.214
		10.000	19.672	57.378	10.000	19.672	67.214
		18.100	52.679	108.319	18.100	51.353	141.199

14.1 Debêntures I

Em 3 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentável pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.



Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos:

- (i) Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais;
- (ii) Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP);
- (iii) Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA);
- (iv) Instalação e substituição de hidrômetros; e
- (v) Melhoria da gestão de suprimentos.

14.2 Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (10.000 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP. Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão. Foram subscritas apenas 7.100 debêntures desta emissão com vencimento da última parcela em abril de 2021.

14.3 Debêntures III

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia firmou contrato com o banco Santander de emissão pública. Em 31 de maio de 2016 foram emitidas 10.000 debêntures simples não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000. Sobre o principal renderão juros correspondentes a acumulação das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros). O contrato estabelece um prazo de 72 meses, sendo 12 meses de carência a contar da data de emissão. Logo, a amortização do saldo devedor iniciou em maio de 2017 e o vencimento da última parcela é em abril de 2021.

14.4 Cláusulas restritivas

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência dos seguintes principais eventos:

- Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;
- Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento; e
- Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).



Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

14.5 Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	20.978	51.870
2020	45.421	46.399
2021	33.721	34.731
2022	8.199	8.199
	<u>108.319</u>	<u>141.199</u>

15 Passivo fiscal corrente e diferido



	30/06/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Tributos próprios				
Corrente:				
COFINS e PIS	159	-	8.114	-
CSLL	18.855	-	7.337	-
Outros tributos a recolher	11	-	1	-
Parcelamento - Outros	26	53	-	105
	<u>19.051</u>	<u>53</u>	<u>15.452</u>	<u>105</u>
Tributos retidos de terceiros				
Corrente:				
IRRF	1.508	-	2.575	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	804	-	1.139	-
ISS	6.656	-	6.540	-
INSS	2.381	-	1.914	-
Outros tributos a recolher	4	-	38	-
	<u>11.353</u>	<u>-</u>	<u>12.206</u>	<u>-</u>
Passivo fiscal - corrente	<u>30.404</u>	<u>53</u>	<u>27.658</u>	<u>105</u>
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	1.388	-	1.562	-
COFINS	6.393	-	7.194	-
IRPJ	-	-	-	-
CSLL	-	31.928	-	30.660
CSLL AAP	-	1.001	-	-
Passivo fiscal - diferido	<u>7.781</u>	<u>32.929</u>	<u>8.756</u>	<u>30.660</u>
	<u>38.185</u>	<u>32.982</u>	<u>36.414</u>	<u>30.765</u>

15.1 Passivo fiscal - corrente

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e em 30 de junho de 2018 totalizaram R\$ 159 (R\$ 8.114 em 2017).

ISS retido a recolher

A Companhia reteve, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS) que, em 30 de junho de 2018, totalizaram R\$ 6.656 (R\$ 6.540 em 2017).

15.2 Passivo fiscal - diferido

PIS e COFINS a recolher



As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

16 Salários e encargos sociais a pagar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para 13º salário	9.690	-
Participação no resultado	1.779	7.319
Provisão para férias	22.373	20.325
INSS a recolher	5.176	5.154
Salários a pagar	9.551	8.957
FGTS a recolher	1.198	1.704
Valores a pagar COMPESAPREV	1.089	1.624
Valores a pagar COMPESASAÚDE	3.352	3.051
SESI/SENAI a recolher	381	384
Vale Alimentação	6.526	3.216
Rescisões	957	809
Outros	2.409	1.978
	<u>64.481</u>	<u>54.521</u>

17 Outras contas a pagar



	30/06/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV (17.1)	10.936	29.342	10.786	32.907
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE (17.2)	280	385	286	583
Prefeitura de Petrolina (17.3)	1.057	512	1.057	512
Convênios Estaduais e Federais (17.4)	-	1.689	-	4.882
Convênios CODEVASF (17.4)	-	90.541	-	85.497
Ressarcimento a terceiros (17.5)	13.124	-	15.395	-
Parceria Público-Privada - PPP (17.6)	-	670.137	-	598.328
Recuperação CBOS - PPP (17.6)	-	(134.709)	-	(116.624)
Crédito Governo do Estado (17.7)	-	-	-	49.699
Outros	841	31	841	32
	<u>26.238</u>	<u>657.928</u>	<u>28.365</u>	<u>655.816</u>

17.1 Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de retificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

Dívida 2 - Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor. O saldo em 30 de junho 2018 totalizou R\$ 40.278 (R\$ 43.693 em 31/12/2017), restando 51 parcelas. A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo inicial	Encargos	Amortização	30/06/2018
	31/12/2017			
Confissão de dívida com COMPESAPREV	<u>43.693</u>	<u>581</u>	<u>3.996</u>	<u>40.278</u>

17.2 Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.



O saldo devedor em 30 de junho de 2018 é de R\$ 665 (R\$ 869 em 31 de dezembro de 2017).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atuarial (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019.

	Saldo inicial 31/12/2017	Encargos	Amortização	Saldo final 30/06/2018
Confissão de dívida com COMPESASAUDE	869	34	238	665

17.3 Prefeitura de Petrolina

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMPESA à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

17.4 Convênios (Estaduais e Federais)

Orgãos Estaduais

Porto de Suape

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos



hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio tem vigência de 480 dias, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

Órgãos Federais

DER

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio tem vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

Ministério do Turismo

Em 30 de junho de 2006, foi celebrado convênio, por meio do Ministério do Turismo, para implantação do Projeto Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, ação elegível e integrante do PRODETRUR II, programa parcialmente financiado com recurso do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. O montante total do convênio foi de R\$ 4.085, sendo R\$ 453 com recursos da COMPESA e o restante com recursos do poder concedente (Ministério do Turismo), os quais foram integralmente aportados até a presente data. Como não foram cumpridas as formalidades necessárias para a realização da Prestação de Contas conforme estabelecido no convênio, o montante de R\$ 3.539 e os correspondentes rendimentos de aplicações financeiras vêm sendo mantidos no passivo não circulante.

Ministério da Integração Nacional

Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Pernambuco, convênio para a implantação, operação e manutenção da infraestrutura de abastecimento de água de comunidades rurais localizadas em Pernambuco, ao longo dos canais do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF. Tal convênio tem vigência de 720 dias a contar da assinatura e valor total de R\$ 41.133.

SENAI

Em janeiro de 1984, a Companhia celebrou com o SENAI convênio para cooperação técnica para realização de programas de desenvolvimento dos funcionários. Tal convênio tem vigência até dezembro de 1984. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de ainda existirem pendências de prestação de contas.

CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São



Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000, valor recebido até 31 de dezembro de 2014.

17.5 Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras. A partir de setembro de 2016, a companhia passou a devolver na fatura do mês subsequente, em créditos, os valores pagos em duplicidade, de acordo com a Resolução Nº 85 de 08/10/2013.

17.6 Parceria Público-Privada (PPP)

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela Odebrecht Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMPESA. (Nota Explicativa nº 11.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos a BRK Ambiental, sucessora da Odebrecht Ambiental, estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema CBOS, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

17.7 Crédito Governo do Estado

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário em 2018 pago R\$ 133.653 (em 2017 R\$ 46.519)

<u>CREDITO GOVERNO DO ESTADO</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	49.699	96.218
Destinação AGO Credito Gov.Pernambuco	83.954	
Pagamento efetuado Gov. do estado	- 133.653	- 46.519
<u>Saldo Final</u>	<u>-</u>	<u>49.699</u>



17.8 Juros Sobre capital Próprio

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de juros sobre capital a liquidados aos acionistas no exercício de 2018. Sendo que, a parcela destinada aos acionistas minoritários, que detém ações preferenciais, foi paga no momento da destinação e a parte do acionista majoritário, detentores das ações ordinárias, o Governo do Estado teve seu pagamento autorizado no exercício de 2018, momento em que houve caixa suficiente para quitação da obrigação.

<u>JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	84.258	40.142
Juros Sobre Capital Proprio do exercicio		84.159
Destinação AGO Credito Gov.Pernambuco	- 83.954	- 40.043
<u>Saldo Final</u>	<u>304</u>	<u>84.258</u>

18 Provisão para perdas em processos judiciais

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ações trabalhistas	26.837	23.042
Ações cíveis/tributárias	39.503	38.601
	<u>66.340</u>	<u>61.643</u>

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	20.149	25.885	46.034
Constituição de Provisões	4.299	14.016	18.315
Reversão de provisões	(1.406)	(1.300)	(2.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>23.042</u>	<u>38.601</u>	<u>61.643</u>
Constituição de provisões	4.010	7.003	11.013
Reversão de provisões	(215)	(6.101)	(6.316)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>26.837</u>	<u>39.503</u>	<u>66.340</u>





A Companhia efetua o ajuste da provisão de contencioso de acordo com relatórios do jurídico e os pagamentos efetuados são lançados diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 5.707 (R\$ 3.174 no mesmo período de 2017).

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 96.553 (R\$ 89.544 em 2017).



19 Patrimônio Líquido

19.1 Capital social

Neste trimestre, não houve alteração no capital social da Companhia.

O Capital Autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000 conforme AGOE datada de 30 de abril de 2015. Em 30 de junho de 2018, o capital integralizado da Companhia é de R\$ 5.010.684 representado por 137.302.201 ações ordinárias e 80.187 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Em abril de 2018, houve integralização de capital social oriundo de recurso do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$ 864.022 e de incorporação das reservas de lucros no valor de R\$ 146.662, totalizando R\$ 1.010.684. Com isso a quantidade de ações da Cia foi modificada de 110.623.469 para 137.382.388.

Foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 283.691 (R\$ 456.245 em 2017) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei de orçamentaria anual - LOA estadual 2017. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no exercício o montante de R\$ 283.691 (R\$ 864.022 em 2017).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros



19.2 Reserva de capital (Adiantamento para futuro aumento de capital)

Movimentação	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial de adiantamento	864.022	407.777
Quantidade de ações	21.484	9.404
Adiantamento no período (*)	283.691	456.245
Quantidade de ações	7.543	12.080
Incorporação ao capital social	864.022	-
Quantidade de ações	22.974	-
Saldo final de adiantamentos	283.691	864.022
Quantidade de ações	6.053	21.484

(*) referem-se aos créditos recebidos do governo por meio de empenhos no montante de R\$ 283.691 no período (R\$ 456.245 em 31 de dezembro de 2017).

20 Benefício a empregados

20.1 Plano de Previdência e Assistência - COMPESAPREV

A Companhia é patrocinadora da Fundação COMPESA de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar, em questão, é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (COMPESA), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano. Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo no benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- 1ª Tornar-se um participante autopatrocinador;
- 2ª Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- 3ª Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;



4ª Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade;

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade complementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS) os empregados da COMPESA. Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

Suplementação de aposentadoria por invalidez - Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição - Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integralize o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real de benefício aos participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

Suplementação de aposentadoria por idade - Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

Suplementação de aposentadoria especial - Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 de 20% do salário real de benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20;





Suplementação de pensão - Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebendo ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

Suplementação de abono anual - Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a 1/12 da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Em 30 de junho de 2018, a COMPESAPREV possui 2.821 participantes ativos (2.826 em 31/12/2017), 1.564 participantes assistidos (1.565 em 31/12/2017), 723 pensionistas (707 em 31/12/2017) e 20 participantes com benefício proporcional definido (22 em 31/12/2017).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes ativos e assistidos contribuem para a CompesaPrev com uma importância equivalente aos produtos da aplicação das seguintes taxas:

- a) A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- b) B% (B por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- c) C% (C por cento) da parcela do seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
- d) D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício complementar.

Até março de 2014, os percentos A%/B%/C%/D% foram, respectivamente, de 2,5875%/5,1750%/10,35%/13,80% para os Participantes Ativos e Assistidos, sendo que, a partir de abril de 2014, tais percentuais permaneceram inalterados para os Participantes Assistidos e foram majorados em 10,72% para os participantes Ativos, passando a ser, respectivamente, de 2,8649%/5,7298%/11,4595%/15,2794%. Nesse contexto, a partir de abril de 2017, as tais taxas foram alteradas de modo a aumentar o custeio administrativo de 15% para 18%, logo, os percentos A%/B%/C%/D% passaram a ser para os Participantes Ativos de 2,9697%/5,9394%/11,8788%/15,8384% e para os Assistidos 2,6822%/5,3643%/10,7287%/14,3049%.

Tais percentuais contributivos podem ser alterados, na forma da legislação vigente, com base em resultados nas Reavaliações Atuariais.

Contribuição da entidade patrocinadora



A Patrocinadora realiza contribuição normal igual ao valor total das contribuições mensais recolhidas pelos Participantes Ativos e Assistidos.

Rendimentos financeiros

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao disposto em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com suas demonstrações contábeis, a COMPESAPREV, em 30 de junho de 2018, apresenta um déficit técnico acumulado de R\$ 6.503 (déficit técnico de R\$ 5.762 em dez/2017), equivalente a 0,82% (0,78% em dez/2017) do ativo líquido. Estas mesmas demonstrações contábeis, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Companhia, apresentam as seguintes informações adicionais:

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão de benefícios concedidos	464.848	392.534
Provisão de benefícios a conceder	330.384	356.185
Provisões matemáticas a constituir	-	-
Exigível atuarial	795.232	748.719
(déficit)/ Superávit técnico	(6.503)	(5.762)
Ativo líquido do plano	788.729	742.957

Em 30 de junho de 2018, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 739.328 (R\$ 764.496 em dez/2017) e o valor justo dos ativos em R\$ 789.048 (R\$ 791.142 em dez/2017), resultando em um ativo líquido de R\$ 49.720 (R\$ 26.646 em dez/2017) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

Variação do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano

Variação no valor presente das obrigações

	30/06/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações - Saldo inicial	764.496	693.513
Custos do serviço corrente	6.470	12.081
Juros sobre o valor presente das obrigações	38.223	75.302
Perdas/(ganhos) atuariais	(48.531)	24.486
Benefícios pagos	(21.330)	(40.887)
Valor presente das obrigações - Saldo final	739.328	764.496

Variação no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:





	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Valor justo dos ativos do plano saldo inicial	791.142	715.593
Contribuição do empregador	9.539	19.759
Contribuição do empregado	3.120	7.735
Retorno obtido pelos ativos do plano	39.901	78.571
Perdas/(ganhos) atuariais	(33.324)	10.371
Benefícios pagos	<u>(21.330)</u>	<u>(40.887)</u>
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017	<u>789.048</u>	<u>791.142</u>
(Ativo líquido) / Passivo da patrocinadora	<u>(49.720)</u>	<u>(26.646)</u>

No exercício de 2017, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela COMPESA em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.



Posição do passivo (ativo) do plano

	30/06/2018	31/12/2017
Valor justo do ativo do Plano	(791.142)	(715.592)
Valor presente da obrigação vencida	473.148	387.905
Valor presente da obrigação a vencer	291.347	305.608
Valor Líquido das obrigações	764.496	693.513
(Ativo líquido) / Passivo para a patrocinadora	(15.207)	(22.079)

No exercício de 2018, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos ativos do plano, por não atender os itens 64b e 65c do CPC 33 (R1), assim como, o estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008. A citada resolução regulamenta a forma de distribuição da Reserva Especial dos Planos de Previdência Complementar em favor da empresa patrocinadora (e dos participantes, inclusive os Assistidos) que deveria ser reconhecido apenas o excedente do Superávit Técnico Acumulado excedente a 24,61% das Provisões Matemáticas avaliadas com taxa real de desconto de 5,24% ao ano (1% ao menos que a taxa real máxima de juros/descontos aplicável), e com Tábua Geral de Mortalidade "qx da AT-2000" desagradada em 10%. Em 30/06/2018, não havia valor passível de utilização pela COMPESA, já que, com tais hipóteses, não havia recurso registrado na referida Reserva Especial (para Revisão de Plano) para ser destinado à empresa patrocinadora do Plano.

<i>Cálculo da estimativa do custo esperado</i>	30/06/2018	31/12/2017
Custos do serviço corrente	6.230	12.940
(Receita) / custos dos juros	(2.511)	(3.356)
Contribuição esperada	(3.143)	(6.240)
(Receita) / custo estimado esperado	575	3.343

A Companhia, no exercício de 2018, reconheceu no resultado R\$ 4.364 (R\$ 8.942, em 2017) de contribuição patronal no exercício.

Premissas atuariais atualizadas

Taxa de Juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total, bem como a Taxa de Rendimento esperada sobre os ativos do plano: 5,91% ao ano, em termos reais, e, 10,68% ao ano em termos nominais, considerando a inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,50% ao ano (inflação baseada no Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev).

NOTA: Tomando como base a Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, a Duração do Passivo apurada foi de 14,17 anos, em 30/06/2018, dessa forma, o Título Público comercializado nesta data com duração mais próxima é o com vencimento em 15/05/2045.





Taxa de Crescimento Salarial: Cerca de 2,39% ao ano, em termos reais, e 7% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,5% ao ano, conforme Estudo Técnico de Adequação do Crescimento Salarial apresentado no Anexo ao JM/1644/2017 de 28/08/2017, bem como no Anexo ao JM/1940/2017 de 09/10/2017.

Índice de Reajuste de Benefícios Concedidos de Prestação Continuada: da ordem de 4,5% ao ano (igual à inflação anual projetada para os anos futuros).

Inflação Projetada: da ordem de 4,5% ao ano (considerando os anos futuros de existência do plano), tomando por base o Estudo da I9 Advisory que serviu de base ao ALM da Compesaprev.

Fator de Capacidade do Benefício de Prestação Continuada de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9750 ou 97,50 (compatível com a Inflação Projetada de 4,5% ao ano).

Rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma prudente, o reflexo da introdução do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e a existência do Instituto Autopatrocínio.

Tábua Geral de Mortalidade: q_x da AT-2000, em conformidade com o teste de aderência de Sobrevivência / Mortalidade Geral apresentado do Anexo 1 e 3 ao JM/1914/2017 de 05/10/2017, bem como no Anexo ao JM/1940/2017 e 09/10/2017.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: q_x^i = q_x da AT-49 em conformidade com o teste de aderência de Sobrevivência / Mortalidade de Inválidos apresentado do Anexo 1 e 4 ao JM/1914/2017 de 05/10/2017, bem como no Anexo ao JM/1940/2017 e 09/10/2017.

Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-MÉDIA em conformidade com o teste de aderência de Entrada em Invalidez apresentado do Anexo 2 e 5 ao JM/1914/2017 de 05/10/2017, bem como no Anexo ao JM/1940/2017 e 09/10/2017.

Composição de Família: experiência obtida na empresa Patrocinadora (COMPESA) no que se refere aos Participantes Ainda Não Assistidos e família efetiva no que se refere aos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), em conformidade com o apresentado do Anexo ao JM/1854/2017 de 27/09/2017, bem como no Anexo ao JM/1940/2017 de 09/10/2017

Proporção de Participantes do Plano, em atividade na COMPESA, que poderão entrar em gozo de Suplementação Antecipada (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/ Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal): se realiza a correspondente conversão de tempo de serviço Especial em Tempo de Serviço Normal.



20.2 Plano de Assistência Médica - COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico, que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui duas modalidades de planos:

Plano I - com padrão de acomodação hospitalar em enfermaria

Plano II - com padrão de acomodação hospitalar em apartamento.

Esse plano é composto por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria, aposentados sem direito ao PIA), empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos COMPESASAÚDE I e II são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

A Patrocinadora COMPESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista, de 16% (dezesesseis por cento) para os titulares com PIA e de 20% (vinte por cento) para os titulares com ACT e PIA Especial. Estas duas perdas, somadas, representam 27,99% (26,36% em 30/06/2017) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurados na Avaliação Atuarial do Plano em junho/2018.

No período de janeiro a junho de 2018, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 18.842 (R\$ 17.155 para o mesmo período em 2017).



Considerando a entrada em vigor da Resolução Normativa-RN nº254/2011, conforme art.27, em 04/08/2012, os atuais beneficiários só poderão incluir como beneficiários, novo cônjuge e filhos do titular.

Em 2018, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano	(106.369)	(90.532)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	9,65%	11,50%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(10.265)	(10.411)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(4.091)	(3.353)
(+) Benefícios pagos no ano	6.580	4.542
Perda atuarial do exercício	3.622	(6.615)
Obrigação total no exercício	(110.523)	(106.369)
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	14.477	9.850
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	9,65%	11,50%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	1.397	1.133
(+) Contribuição da Patrocinadora	790	677
(-) Benefícios pagos no exercício	(6.580)	(4.542)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	7.312	7.359
Valor justo dos ativos no exercício	17.396	14.477
Custo do serviço passado não reconhecido		
Ganho/(perda) atuarial no exercício	3.622	(6.615)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	7.312	7.359
Apuração do resultado do exercício	10.934	744
Passivo a reconhecer no exercício	(93.127)	(91.892)

Premissas atuariais utilizadas

1. Bases Técnicas e Biométricas

Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 (diferenciada para Homens e Mulheres) na avaliação de junho/2018 (AT-83 (diferenciada para homens e mulheres na avaliação de junho/2017));

Tábua de Entrada em Invalidez: Light Média;

Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Male;

Taxa de Desconto da avaliação de junho/2017 = 9,65% a.a.;

Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de junho/2017 = 9,65% a.a.;

Taxa de Inflação da avaliação de junho/2017 = 4,25% a.a.;

Crescimento real dos custos médicos em junho/2017 = 3,00% a.a.;

Taxa de Rotatividade em junho/2017 = não adotada;

Taxa de Desconto da avaliação de junho/2018 = 10,06% a.a.;



Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de junho/2018 = 10,06% a.a.;
Taxa de Inflação da avaliação junho/2018 = 4,06% a.a.;
Crescimento real dos custos médicos em junho/2018 = 3,00% a.a.;
Taxa de Rotatividade em junho/2018 = não adotada;
Duration calculada em junho/2018 = 13,86 anos;
Regime de Capitalização para todos os benefícios; e
Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

2. *Tabelas Utilizadas*

COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;

Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores de até 20% (vinte por cento) ou 32% (trinta e dois por cento) quando pessoa física;

Medicamentos: BRASÍNDICE - preço de fábrica com acréscimo de 32% (trinta e dois por cento);

CBHPM - Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - edição/2010, com banda plena nos portes - com Unidade de Custo Operacional (UCO) a R\$ 10,00 (Dez reais), Consulta Médica em consultório fixada em R\$ 90,00 (noventa reais) (R\$ 82,01 em 2017) e consultas em pronto socorro a R\$ 60,00 (sessenta reais) com acréscimo de 30% nos casos de urgência, Filme Radiológico a R\$ 21,70 (vinte e um reais e setenta centavos).

3. *Taxas de Utilização dos Procedimentos Assistenciais*

Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da COMPESAPREV.

4. *Demais Premissas e Hipóteses*

Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 12% (doze por cento) das receitas mensais;

Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (COMPESAPREV);

Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 (vinte e quatro) anos;

Banco de Dados (informações fornecidas pela COMPESAPREV):

Sinistros (Despesas): julho de 2017 a junho de 2018 (julho/2016 a junho/2017 para o cálculo de junho/2017);

Beneficiários (Cadastro): junho/2018 (junho/2017 para o cálculo de junho/2017);

Resultados posicionados em 30 de junho de 2017 e 2018, respectivamente.



20.3 Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) e PIA Especial

Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA)

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho que a COMPESA dispõe de plano de incentivo à aposentadoria, o qual deve obedecer aos seguintes critérios:

Pagamento de um “prêmio aposentadoria”, em uma única parcela, de um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

Modalidade A - dez vezes o piso salarial da COMPESA.

Modalidade B - cinco vezes o salário contratual básico do empregado.

Modalidade C - valor equivalente a 40% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a COMPESA.

O “prêmio aposentadoria”, nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo do FGTS considerado como base de cálculo dos 40%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do “prêmio aposentadoria”.

Farão jus ao valor do “prêmio aposentadoria”, os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a COMPESA.

Farão jus ao valor do “prêmio aposentadoria” os empregados que, ao se aposentarem, satisfazendo às condições estabelecidas no parágrafo anterior, façam a comunicação à COMPESA da Carta Concessória de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Fica assegurada aos empregados que se aposentarem por invalidez pela Previdência Social, a concessão, pela Companhia, de uma contribuição equivalente a 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo exclusivamente ao contrato mantido com a COMPESA.

A Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria. A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.



PIA Especial

Em 14 de julho de 2011, foi aprovado em ata de reunião do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (SINDURB) o Acordo Coletivo de trabalho 2011/2012 relativo ao dissídio da categoria de abril de 2011.

Neste acordo, foi aprovado um novo benefício - o Programa de Incentivo Especial de Aposentadoria (PIA) vigente a partir de 30 de setembro de 2011, bem como mantidos outros benefícios a empregados como o Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA Especial), dentre outros considerados pela Companhia como sendo Benefícios de curto prazo.

O PIA Especial tem como objetivo estimular o desligamento dos funcionários aposentados pela Previdência que, no prazo de 30 dias da data de sua aposentadoria, não exerceram a opção de adesão ao Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), bem como programar o desligamento dos funcionários cujo requisito para a aposentadoria seja cumprido até 31 de março de 2014.

Os empregados que efetuaram a adesão receberam o valor adicional de 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. Neste mesmo momento, os funcionários fizeram a opção pelo mês de desligamento previsto até o dia 31 de março de 2014.

Este benefício se mantém devido nos casos de falecimento e aposentadoria por invalidez dos funcionários optantes pelo PIA Especial.

O valor presente das obrigações da Companhia, no montante de R\$ 0,00 (R\$ 0,00 em 2017), corresponde ao PIA Especial.

Premissas atuariais utilizadas

	30/06/2018	31/12/2017
Taxa de Descontos:	10,57% ao ano (5,81% acima da Inflação Projetada).	10,01% ao ano (5,27% acima da Inflação Projetada).
Taxa de Rendimentos Esperada sobre o Valor Justo do Ativo:	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de Crescimento Salarial:	<p>(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,55% ao ano (igual a 1,045 x 1,01, ou seja, 1% ao ano acima da inflação projetada, considerando a componente produtividade geral); e</p> <p>(ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,94% (igual a 1,045 x 1,0138, ou seja, 1,38% acima da inflação projetada ao longo dos anos futuros, considerando a</p>	<p>(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,5477% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e</p> <p>(ii) No que se refere ao Salário Contratual Básico: 5,9448% (1,38% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).</p>



	30/06/2018	31/12/2017
	incidência de componente mérito pessoal).	
Taxa de Rendimentos do FGTS:	1,9856% ao ano acima da inflação projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da inflação projetada (4,5% ao ano) e considerando que o rendimento do FGTS de 3% ao ano mais TR esteja agregando, a partir de 2017, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo.	1,9856% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,5% ao ano), considerando a proposta do Governo de, já a partir de 2017, agregar, ao rendimento de 3% ao ano mais TR, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo.
Inflação Projetada:	4,5% ao ano.	4,5% ao ano.
Rotatividade:	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.
Tábua Geral de Mortalidade:	qx da AT 2000(masculina).	qx da AT 2000(masculina).
Tábua de Entrada em Invalidez:	ix da LIGHT (MÉDIA).	ix da LIGHT (MÉDIA).
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte):	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV

Status de cobertura	30/06/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	54.277	52.976
Status de cobertura: (superávit)	<u>54.277</u>	<u>52.976</u>
Passivo líquido par empresa patrocinadora no final do exercício	<u>54.277</u>	<u>52.976</u>
Custos esperado pós-emprego	30/06/2018	31/12/2017
Custo do serviço corrente	1.641	3.237
Custo dos juros	<u>2.560</u>	<u>4.794</u>
Custo esperado estimado para o próximo ano	<u>4.201</u>	<u>8.031</u>
	30/06/2018	31/12/2017
Valor presente das obrigações no início do período	52.976	50.604
Custos dos serviços correntes	1.619	3.130
Juros sobre o valor presente das obrigações	2.397	4.808
Perdas/(ganhos) atuariais	(2.072)	(279)
Benefícios pagos	<u>(642)</u>	<u>(5.288)</u>
Valor presente das obrigações no final do período	<u>54.277</u>	<u>52.976</u>





Nos períodos de 31/12/2017 e 30/06/2018, os passivos líquidos, nos valores de R\$ 54.277 e R\$ 52.976, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego.

Posição do benefício a empregados em junho de 2018 e dezembro de 2017

Benefícios a empregados	30/06/2018	31/12/2017
Valor justo do ativo do plano	(789.048)	(791.142)
Valor líquido das obrigações	739.328	764.496
Plano de assistência COMPESAPREV	49.720	26.646
Valor do Superávit (ativo) não reconhecido	(49.720)	(26.646)
Saldo do Plano de assistência COMPESAPREV	-	-
Valor presente das obrigações	110.253	125.325
Valor justo dos ativos	(17.396)	(13.962)
Plano de assistência COMPESASAÚDE	93.127	111.363
Valor presente das obrigações anterior	52.976	50.604
Custos dos serviços correntes	1.619	3.130
Juros sobre as obrigações	2.397	4.808
Perdas e ganhos atuariais	(2.072)	(279)
Benefícios pagos	(642)	(5.288)
Benefício Pós-emprego (PIA)	54.277	52.976
Total	147.404	164.339



Plano de benefício de curto prazo

De acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2019, a Companhia disponibiliza a seus funcionários alguns benefícios de curto prazo, tais como: auxílio-funeral, auxílio-educação e auxílio-doença. Esses benefícios vêm sendo apropriados à despesa/custo do período quando incorridos.

21 Receita operacional líquida

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	628.399	567.920
Serviços de esgotamento sanitário	181.578	170.862
Serviços de construção	260.061	306.214
	<u>1.070.038</u>	<u>1.044.996</u>
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(74.431)	(68.617)
Cancelamentos	(12.702)	(16.573)
	<u>(87.133)</u>	<u>(85.190)</u>
	<u>982.905</u>	<u>959.806</u>

22 Custos dos serviços prestados

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Pessoal	(139.474)	(125.881)
Energia elétrica	(78.402)	(69.540)
Serviços de terceiros	(142.682)	(162.622)
Materiais	(10.548)	(12.901)
Produtos químicos	(19.125)	(23.880)
Depreciação e amortização	(18.323)	(23.419)
Despesas gerais	(1.247)	(1.048)
Custo de construção (*)	(260.061)	(306.214)
	<u>(669.862)</u>	<u>(725.505)</u>

(*)Em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, considerando uma margem zero para



tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

23 Despesas comerciais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Pessoal	(8.547)	(8.805)
Energia elétrica	87	-
Serviços de terceiros	(15.752)	(25.266)
Materiais	(53)	(111)
Depreciação e amortização	(982)	(1.262)
Despesas gerais	(110)	(175)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e perdas com clientes	(89.320)	(34.931)
	<u>(114.677)</u>	<u>(70.550)</u>

24 Despesas administrativas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Serviços de terceiros	(30.419)	(24.549)
Pessoal	(33.009)	(31.659)
Despesas gerais	(19.167)	(17.985)
Depreciação e amortização	(7.373)	16.370
Recuperação de créditos de PIS/COFINS	27.460	
Materiais	(789)	(446)
Energia elétrica	(542)	(101)
	<u>(63.839)</u>	<u>(58.370)</u>



25 Outras receitas (despesas), líquidas

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas de aluguéis	501	430
Receitas de imobilizado	-	23.017
Ajustes - inventários físicos	92	(347)
Taxa de administração de recebíveis	74	56
Multa impontualidade	4.628	3.813
Recuperação de despesas	(299)	264
Outras receitas e despesas operacionais	9.357	6.574
	<u>14.353</u>	<u>33.807</u>

26 Receitas e despesas financeiras, líquida

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas financeiras		
Receita financeira de clientes (a)	16.448	14.368
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	5.104	6.996
Outras receitas financeiras	<u>15</u>	<u>461</u>
	21.567	21.825
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(23.020)	(17.118)
Encargos e atualização monetária	(21.146)	(32.385)
Perda/ganho atuarial	2.608	(2.817)
	<u>(41.558)</u>	<u>(52.320)</u>
Total	<u>(19.991)</u>	<u>(30.495)</u>

- a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 2.495 (R\$ 2.659 em 2017), e multa por impontualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 13.953 (R\$ 11.709 em 2017).
- b) O valor corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2017, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.



27 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados. A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

28 Riscos e questões ambientais (não revisado)

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela Diretoria de Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

29 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros. A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para futuro aumento de capital, no qual o governo aportou recursos para aquisição de ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 19.2);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;



- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;

Balanço patrimonial	Resultado do exercício
---------------------	------------------------

	Passivo circulante (Nota 13)	Passivo não circulante (Nota 17)	
Parte relacionada			
BRK Ambiental	28.272	670.137	
BRK Ambiental - CBOS	-	(134.709)	
Parte relacionada			
BRK Ambiental			
- Despesa			(70.647)
- Receita com serviço de construção (nota 22)			260.061
- Custo com serviço de construção (nota 23)			(260.061)

Remuneração dos administradores; e

Participação nos resultados dos administradores;

	<u>30/06/2018</u>
Controlador	
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	24.294
Outras partes relacionadas	
Prefeituras e órgãos municipais	32.343

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	31.214	-	40.734	-
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	106.317	9.088	105.332	9.334
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Controlador				
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	-	133.653	-	49.699
Outras partes relacionadas				
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512	1.057	512



Resultado do exercício - Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

Ativos circulante e não circulante - Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a BRK Ambiental.

Passivos circulante e não circulante - Decorrem de convênios passivos e confissão de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a BRK Ambiental.

30 Instrumentos financeiros

30.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez

Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

30.2 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo



de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

30.3 Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2015, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na Nota Explicativa nº 17.1, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face de este ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).



O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	127.226	141.854
Contas a receber de clientes	541.950	578.346
Créditos de convênios	94.464	94.028
Outros créditos a receber	<u>18.766</u>	<u>11.592</u>
	<u>782.406</u>	<u>825.820</u>

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não vencidos	452.940	456.925
Vencidos de 0 a 30 dias	59.595	72.733
Vencidos de 31 a 60 dias	30.518	27.066
Vencidos de 61 a 90 dias	25.659	19.100
Vencidos há mais de 90 dias	<u>213.694</u>	<u>249.996</u>
	<u>782.406</u>	<u>825.820</u>

30.4 Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para o trimestre findo em 30 de junho de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants (vide Nota Explicativa nº14) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES.

A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:



Passivos financeiros não derivativos	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	168.907	189.038
Fornecedores	119.922	127.771
Outras contas a pagar	684.166	684.181
Consignações a recolher	4.412	4.785
Debêntures	160.998	192.552
	<u>1.138.405</u>	<u>1.198.327</u>

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivados							
Empréstimos e financiamentos	168.907	168.907	20.302	20.718	43.799	84.088	-
Fornecedores	119.922	119.922	59.961	59.961	-	-	-
Outras contas a pagar	684.166	684.166	5.821	5.817	15.929	14.762	641.837
Consignações a recolher	4.412	4.412	4.412	-	-	-	-
Debêntures	160.998	160.998	26.338	26.341	49.208	59.111	-
Total	<u>1.138.405</u>	<u>1.138.405</u>	<u>116.834</u>	<u>112.837</u>	<u>108.936</u>	<u>157.961</u>	<u>641.837</u>

30.5 Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínima, e risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:



	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	782.406	825.820
Passivos financeiros	1.138.405	1.198.327
	(a) (355.999)	(372.507)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	125.860	113.921
Passivos financeiros	329.905	381.590
	(b) (204.045)	(267.669)
	(a) - (b) (151.954)	(104.838)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

	<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>		<u>30/06/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Lucro ou prejuízo		Lucro ou prejuízo		Patrimônio líquido		Patrimônio líquido	
	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos	Aumento de 20 pontos	Diminuição de 20 pontos
Ativos financeiros	106.642	104.600	147.363	141.307	106.642	104.600	147.363	141.307
Passivos financeiros	109.474	101.768	157.475	131.195	109.474	101.768	157.475	131.195
	<u>(2.832)</u>	<u>2.832</u>	<u>(10.112)</u>	<u>10.112</u>	<u>(2.832)</u>	<u>2.832</u>	<u>(10.112)</u>	<u>10.112</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).



	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	782.406	782.406	825.820	825.820
Passivos financeiros	1.138.405	1.138.405	1.198.327	1.198.327
(a)	(355.999)	(355.999)	(372.507)	(372.507)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	125.860	125.860	113.921	113.921
Passivos financeiros	329.905	329.905	381.590	381.590
(b)	(204.045)	(204.045)	(267.669)	(267.669)
(a) - (b)	(151.954)	(151.954)	(104.838)	(104.838)

(i) Contratos de concessão

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da “Concessão” e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste, se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.



(ii) Revisões tarifárias

A ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 88/14 e nº 89/14, prevendo reajustes anuais através de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrienal, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Através das notas técnicas Arpe DEF/CT nº 01/2014 e Arpe DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

$IRT = (0,886 \times IPCA + 0,114 \times IGP-M)$, onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA.

O reajuste de 7,88% para clientes convencionais e de 5,43% para clientes com tarifa social, autorizado pela ARPE, em 18 de fevereiro de 2017, com fundamento no Decreto nº 40.256/2014, começou a vigorar a partir de 20 de março de 2017. Este visa recompor as tarifas da COMPESA em relação ao efeito da inflação dos últimos 12 (doze) meses e foi impactado pela necessidade de compensar o aumento autorizado pela ANEEL na tarifa de energia elétrica no período, bem como pela necessidade de recompor o déficit tarifário devido ao agravamento da crise hídrica.

30.6 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia defina como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

30.7 Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é apresentada a seguir:





	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Total do passivo	1.490.721	1.632.831
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	<u>127.226</u>	<u>141.854</u>
Dívida líquida (A)	1.363.495	1.490.977
Total do patrimônio líquido (C)	<u>5.450.437</u>	<u>5.042.075</u>
Capital ajustado (B)	<u>6.813.932</u>	<u>6.533.052</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B) %	<u>0,20</u>	<u>0,23</u>

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital.

A dívida líquida (A) representa 20% do capital ajustado (B) e 25% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

